

Proudhon encontra Fernando Prestes Motta na sala dos espelhos

COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO

GUTIERREZ,G.L.

PROUDHON ENCONTRA FERNANDO PRESTES MOTTA NA SALA DOS ESPELHOS

PROUDHON MEETS FERNANDO PRESTES MOTTA IN THE ROOM OF THE MIRRORS

Gustavo Luis GUTIERREZ¹

RESUMO: este artigo apresenta uma reflexão no campo da teoria das Organizações através da análise do livro de Fernando C. Prestes Motta *Burocracia e Autogestão: a proposta de Proudhon*. Tem como objetivo ilustrar aspectos da obra do pensador francês e do próprio Fernando em função da forma de análise e exposição desenvolvida e apontar a atualidade de questões como liberdade, autonomia e participação. O livro apresenta uma análise de Proudhon muito especial, já que incorpora um conhecimento profundo das organizações, destacando aspectos nem sempre presentes nas análises políticas sociológicas. A idéia central do artigo é que a exposição do pensamento de Proudhon reflete, também, a forma de pensar de Fernando e nos remete para uma análise cujas contribuições permanecem importantes mesmo depois das grandes transformações por que passou o mundo no final do século passado.

PALAVRAS CHAVES: Fernando C. Prestes Motta; Proudhon; autogestão; burocracia; teoria das organizações.

INTRODUÇÃO

Fernando Cláudio Prestes Motta deixou uma obra sistemática e consistente sobre a questão da participação e as formas participativas de organização do trabalho. Suas publicações se caracterizaram por um sólido conhecimento não só dos autores do campo da teoria das organizações e administração de empresas, mas também das ciências sociais e política.

Ele publica em 1981, pela editora Brasiliense, um livro baseado em sua tese de doutorado intitulado *Burocracia e a autogestão: a proposta de Proudhon*. É um livro denso que não teve segunda edição. A intenção do artigo que segue é recuperar a discussão ali presente, compreendê-la com relação ao que o próprio autor se propôs a fazer e sua contribuição para pensar teórico anarquista Proudhon e a questão da autogestão na atualidade.

¹ Docente do Departamento de Estudos do Lazer da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, São Paulo, Brasil.

É preciso destacar que Proudhon é um autor clássico das ciências humanas e Fernando C. Prestes Motta uma referência necessária no campo do estudo das organizações. O livro em questão, portanto, apresenta uma reflexão muito especial já que ordena e desenvolve as informações sobre o autor francês desde a perspectiva do universo teórico das organizações e da burocracia. Convém estar atento ao fato de que esse *olhar* organizacional de Fernando, construído a partir de um estudo sistemático das empresas e das instituições, deve ser percebido tanto no que o autor escreve, como no que ele deixa de escrever. Ou seja, a opção que Fernando faz neste livro por uma espécie de terceira via entre a direita e a esquerda é fruto também da maturidade, do pragmatismo e até mesmo da malícia decorrente de uma observação sistemática das organizações. É realmente uma pena, embora facilmente compreensível, que o esforço teórico empreendido por Fernando tenha obtido pouca visibilidade na época, e menos ainda nos dias atuais.

Finalmente, com relação especificamente à estrutura do artigo, optei por apresentá-lo como se fosse um jogo de espelhos já que o Proudhon descrito por Fernando é, em parte, um reflexo do próprio Fernando, da mesma forma que o Fernando que eu apresento também é, em parte, um reflexo meu.

O JOGO DE ESPELHOS

O livro em questão, atualmente difícil de encontrar, possui características bastante específicas, distintas tanto da obra que ele escrevera até então, como com relação aos seus trabalhos posteriores. Constitui o momento em que Fernando aprofunda-se no estudo de um grande clássico, através de um esforço sistemático para compreendê-lo em sua totalidade, tanto com relação ao seu próprio tempo como frente aos desdobramentos na história.

Chama a atenção, desde o primeiro momento, a simpatia ou até mesmo o engajamento com que ele apresenta as idéias e a figura de Proudhon, aparando suas arestas e mostrando-o coerente e atual. É no mínimo gentil afirmar que “[...] a democracia econômica (de Proudhon) apresenta-se como um conjunto de estruturas coerentes, como um conjunto de soluções concretas e realistas, baseadas no estudo da realidade sócio-econômica” (MOTTA, 1981, p.160), levando em conta que se trata de um autor considerado por muitos como utópico, que escreveu uma obra extensa, muitas vezes em condições precárias, ou até mesmo na prisão.

É preciso ter claro, portanto, que Fernando será um intérprete gentil de Proudhon. O que não fica tão claro são as razões desta gentileza. Podemos pensar que se trata de um arrebatado de entusiasmo juvenil? É pouco provável. Àquela altura Fernando tem trinta e seis anos de idade e é dono de uma importante experiência editorial, tendo publicado já três livros. Parece mais razoável imaginar que seu entusiasmo com Proudhon é consciente, que ele se permite esse envolvimento emocional com o objeto de pesquisa porque considera que é o momento de definir algumas posições políticas. Ao mesmo tempo é importante, desde a perspectiva do leitor, não perder de vista este entusiasmo consciente e ficar de sobreaviso com relação às estratégias que Fernando, um pesquisador maduro e inteligente, utiliza para trazer Proudhon à realidade da década de oitenta.

A leitura do livro nos apresenta, inicialmente, dois problemas fundamentais. O primeiro (a) é que não se trata de ler a obra de Proudhon, um teórico com o qual a maioria das pessoas já teve algum tipo de contato e a respeito do qual, muito provavelmente, já tem uma primeira opinião formada. Trata-se de ler a interpretação que Fernando faz de Proudhon, onde tanto vamos enxergar o pensador francês, quanto enxergar o reflexo do próprio Fernando na obra que ele interpreta. É um jogo de espelhos onde as afirmações sobre o autor analisado falam tanto dele mesmo como daquele que apresenta a análise. Fernando não se propõe fazer uma análise neutra, ou puramente histórica, de Proudhon. Ele quer mostrar aos leitores a atualidade da proposta de Proudhon. Esta reconstrução seletiva que Fernando desenvolve pode ser exemplificada com a questão da condição feminina. Proudhon externou, várias vezes durante sua vida, opiniões com relação ao papel da mulher que hoje podemos chamar de conservadoras. Isto acarreta conseqüências para sua concepção de sociedade, assim como com relação às idéias de liberdade e autonomia. É impossível que Fernando, com a intimidade que demonstra da obra, não tenha sabido desta informação. Ela, contudo, não vai aparecer em nenhum momento do livro. Fernando comenta, por exemplo, a opinião de Proudhon sobre a família: “Se é verdade que Proudhon foi um pensador muito livre, é também verdade que a instituição da família nunca mereceu sua crítica; ele sempre a admitiu prontamente.” (1981, p.128) Mas, não comenta nada sobre a condição social da mulher.

Outra questão fundamental (b) é a época em que o livro foi escrito, na passagem dos anos setenta para os oitenta. Viviam-se, então, num mundo dividido entre, de um lado, o capitalismo liberal e sua

economia de mercado e, do outro lado, o socialismo real e a economia planificada. Neste mundo dividido, o leitor brasileiro tanto pode ser alguém satisfeito com os benefícios da sociedade de consumo, quanto alguém crítico e à espera da revolução que transformará essa ordem de coisas. Com a ressalva de que não se trata de uma revolução teórica ou longínqua, a revolução é certa e fundamentada numa lógica inexorável: jamais (até 1989) um país comunista voltou a ser capitalista, portanto era uma simples questão de tempo até que todos os países se tornassem comunistas.

Num ambiente como este, estudar Proudhon é pedir para ser criticado pelos dois lados ou, no mínimo ser solenemente ignorado (que é o que parece ter acontecido com o livro). Constitui um distanciamento do campo conservador sem, contudo, unir-se às tendências mais fortes e atuantes no movimento popular. É uma defesa da autogestão como expressão de liberdade e autonomia sem comprometer-se com as experiências mais famosas do gênero ocorridas no campo do socialismo real, como, por exemplo, o caso da antiga Iugoslávia. É, em resumo, uma proposta de independência e até mesmo marginalidade, onde podemos imaginar algum saudosismo, um carinho especial para com a tradição da cultura francesa e traços de uma vocação militante tardia, solitária e idealista.

Todas estas características podem ser ilustradas pela forma como Fernando lida com a questão do marxismo. É amplamente conhecida a relação entre Proudhon e Marx, assim como a correspondência entre eles e a ruptura que vai ocorrer após a publicação, por Marx, do livro *A miséria da filosofia*, criticando um livro anterior de Proudhon intitulado *A filosofia da miséria*. Quando Marx começa a divulgar sua obra Proudhon já é um autor muito conhecido, provavelmente o mais importante do campo da esquerda naquele momento. O desenvolvimento posterior do materialismo dialético e a expansão do socialismo real, contudo, inverteram a percepção deste fato, fixando nas gerações seguintes a imagem de que a maior importância de Proudhon estaria no fato de ter influenciado alguns aspectos da obra de Marx. Pois bem, se é verdade que Proudhon influenciou Marx, a recíproca não é tão óbvia assim, se lembramos que Proudhon na época era um autor muito mais importante.

Fernando, apoiado nesta interpretação da história, vai nos apresentar em seu livro um Proudhon que ignora Marx. Mais do que isso, vai trazer para a década de oitenta um Proudhon original, radical no sentido de buscar as próprias raízes, e crítico não só da teoria marxista

como também da experiência do socialismo real. Fernando está certo ao optar por este caminho metodológico? Sim, a análise é correta e se sustenta teoricamente. A obra de Proudhon é original e pode ser lida desvinculada da obra de Marx. A falência do socialismo real e a crise do pensamento marxista permitem considerar o pensador francês no mesmo nível de importância de qualquer outro autor clássico do campo da esquerda e lhe dá razão nas críticas que ele antecipa a uma eventual experiência concreta fundamentada nas idéias de Marx. Fernando, portanto, está certo e terá que pagar o preço por isso. Escreve um livro que encontrará poucos interlocutores, sobre um personagem que ele raramente voltará a comentar, no qual podemos encontrar propostas políticas concretas que ele não tornará a assumir, pelo menos não com a mesma intensidade. *Burocracia e Autogestão*, na minha opinião, constitui a pesquisa em que Fernando mais se envolve com uma proposta concreta de transformação da sociedade. Creio que podemos afirmar que não voltará a ser tão imprudente no futuro.

PROUDHON: UM REFLEXO DE FERNANDO

Proudhon apresenta uma produção extensa e complexa. Escrita ao longo de uma vida atribulada e rica em experiências, o pensador francês é um dos poucos intelectuais de esquerda de origem humilde e operária, como destaca o próprio Fernando. O acesso a esta obra não é fácil, há uma evolução constante expressa na transformação das categorias de análise que impede uma aproximação rápida e superficial. Seus críticos, principalmente os de formação marxista, vão acusá-lo de ser confuso, contraditório (tanto na obra como com relação à prática política), idealista e, em última instância, equivocado.

Fernando demonstra no seu livro ter feito uma leitura exaustiva, em francês, da obra de Proudhon, assim como de seus comentadores, destacando Pierre Ansart, Pierre Hauptmann e Jean Bancal, cujas observações utiliza para fechar algumas das discussões. O Proudhon que ele nos apresenta é um autor coerente (talvez até mais do que ele mesmo poderia considerar-se), politicamente correto (omitindo a questão da condição feminina), que se posiciona em defesa do Estado laico contra a opressão e contra a religião (mas não necessariamente ateu), autogestionário e crítico do comunismo (embora, como o próprio Fernando alerta o leitor, estas expressões são posteriores à obra de Proudhon) (1981, p. 133). Em resumo, Fernando despense um esforço enorme de pesquisa para trazer-nos um Proudhon cativante e útil à reflexão contemporânea sobre as organizações e a política.

A questão central deste Proudhon, presente no livro de Fernando do começo ao fim, é a proposta de um modelo de sociedade. O exemplo concreto é a Comuna de Paris de 1871, enquanto manifestação de um governo dos produtores por eles mesmos (1981, p. 58). “Segundo o princípio de autogestão operária a Comuna seria o lugar fundamental de autonomia coletiva, seria o lugar da iniciativa social, onde o grupo administraria, livre e espontaneamente, seus interesses comuns” (MOTTA, 1981, p. 59). A Comuna de Paris também permite a Fernando desenvolver sua crítica ao marxismo e ao socialismo real. Apoiado no livro de Marx *A Guerra Civil na França*, ele escreve

[...] é forçoso reconhecer que Marx adota aqui, sem reticências, o projeto proudhoniano [...] Marx toma vigorosamente partido em favor de uma organização pluralista e confederada de sociedade (e) Marx nega absolutamente que essa concepção federalista seja uma sobrevivência do antigo regime (1981, p. 59).

Oras, descrever Marx como um vigoroso e sem reticências libertário, ainda mais no final da década de setenta e amparado na análise de um único livro (que por coincidência é o mesmo onde o alemão lança a idéia de ditadura do proletariado, de tão triste lembrança), significa no mínimo não ter medo de ser polêmico.

Fernando (1981, p. 62) descreve a Comuna em termos elogiosos e com admiração, salvo o período final da experiência em que imperou a repressão e o terror. Mas, aqui ele nos alerta para o fato de que “[...] de modo geral, salvo a Comissão de Salvação Pública, de efeitos nefastos, que teve inspiração blanquista, todas as medidas tomadas pela Comuna têm seus fundamentos nas idéias de Proudhon” (1981, p. 65).

O livro mostra como Proudhon entende a evolução das formas de organização social (1981, p. 82-3) e explica que “[...] o regime social proposto pelo anarquismo baseia-se na prática espontânea da indústria, na livre associação dos produtores, que estabelecem suas relações recíprocas e tornam o político inútil” (1981, p. 113), onde “[...] a força pública é substituída pela força coletiva; os exércitos pelas companhias industriais e a repressão policial substituída pela identidade de interesses” (1981, p. 144). É preciso ter presente que em Proudhon, ao contrário de Marx, “[...] não há qualquer concepção de um partido. Os operários devem antes de tudo se separar dos partidos da burguesia, concentrar sua atenção nos problemas da produção, criando as organizações econômicas que irão prefigurar a sociedade socialista” (1981, p. 132). “Proudhon não submete o indivíduo à sociedade nem a

sociedade ao indivíduo” (1981, p. 141). Fernando tem o cuidado de alertar o leitor que esta visão de sociedade não deve ser confundida com o referencial funcionalista, ou qualquer escola de pensamento fundamentada em idéias de biologia, “(é) inadmissível a analogia do sistema social com o sistema biológico, onde predominam relações de subordinação” (1981, p. 144).

A concepção de Estado, em Proudhon, deve ser compreendida a partir da sua crítica à política no sentido tradicional.

Qualquer sociedade, qualquer que seja a sua organização, mostra que a vida social não procede do político, mas sim, pelo contrário, o político procede do social. Todavia, se a força da coletividade é imanente à sociedade, isto é, se a força da coletividade emana da atividade social, ela pode ser apropriada, alienada, extorquida. O político é, em relação ao social, o que o capital é em relação ao trabalho, ou seja, uma alienação da força coletiva (MOTTA, 1981, p. 100).

“Resta, portanto, demonstrar que o governo pode ser uma etapa a ser ultrapassada, de forma a se chegar a uma organização autônoma da sociedade” (MOTTA, 1981, p. 107), assim sendo “o Estado é a personificação da autoridade (e) com seu crescimento toda forma de liberdade tende a ser negada. Proudhon vê o movimento do Estado como absorção constante de toda forma de autonomia” (1981, p. 108). “A crítica de Proudhon ao Estado é uma crítica radical que faz aparecer uma antinomia insuperável entre a espontaneidade da vida social, a liberdade e a centralização política” (1981, p. 112). Fernando conclui que “um tirano, uma oligarquia ou uma burocracia, trazendo consigo o conceito da eficácia econômica e da soberania popular, faz com que a imaginação individual e popular se alienem” (1981, p. 149).

Proudhon, a exemplo da maior parte da produção teórica que lhe foi contemporânea, dá grande importância à categoria trabalho enquanto atividade criadora de riqueza verdadeira e que deve ser dignificada (MOTTA, 1981). Mas onde seu modelo de análise mostra-se mais original é na definição do papel da propriedade, como ilustra sua frase mais famosa: a propriedade é um roubo. É preciso ter claro, contudo, que não se trata de uma condenação absoluta da propriedade, em todos os lugares e momentos. A propriedade deve ser regenerada.

Ela (a propriedade) era, antes, um instrumento de dominação e submissão: agora, baseada no trabalho, ela apresenta-se como garantia de liberdade e dignidade humanas. A natureza da revolução proudhoniana começa a se tornar mais clara. No

coletivismo, a preocupação básica é com a igualdade nas necessidades. Para Proudhon, a igualdade é inseparável da liberdade, estas se fundem na noção suprema de dignidade humana (MOTTA, 1981, p. 128).

Isto nos leva à concepção de sociedade defendida por Proudhon, que é a anarquia, caracterizada “antes de mais nada pela negação de toda autoridade e, em particular, pela negação do Estado. As propostas de Proudhon insistem na negação do poder e na recusa da soberania governamental. Todavia, o que o anarquismo pretende é desmistificar a idéia segundo a qual a ordem só pode ser mantida pelo governo” (1981, p. 112-3).

O pressuposto é o de que a anarquia positiva marcaria o reencontro da sociedade com ela própria, uma vez que anteriormente, nas sociedades autoritárias, ela não era detentora de sua própria ordem. A idéia, porém, é de que, mesmo nas sociedades autoritárias, a sociedade econômica está criando o seu próprio organismo, a sua própria constituição social (1981, p. 114).

É a sociedade autogestionária “organicamente autônoma, constituída de um feixe de autonomias de grupos se auto-administrando, cuja vida exige a coordenação, mas não a hierarquização” (198, p. 133).

Fernando explica que Proudhon, como é recorrente na tradição teórica do socialismo libertário, dá grande importância à educação. “Uma educação apropriada deve desenvolver as faculdades, o potencial que cada um traz em si, atenuando assim, senão fazendo desaparecer, as diferenças individuais” (1981, p. 124).

Há um claro conteúdo pedagógico, de uma pedagogia trabalhista, na proposta autogestionária de Proudhon. Se a proposta começa na economia, ela termina na pedagogia, que permitirá ao pluralismo social tornar-se prática social. Organização do trabalho e educação trabalhista, a última entendida como uma tomada pelos trabalhadores da tarefa de se educar, estão na base do programa trabalhista de Proudhon. Este é o programa que deverá suprimir a heterogestão, isto é, (a divisão entre) um grupo dirigente, ao qual estão ligados a concepção e o comando, e um grupo executante, ao qual está ligada a execução e a obediência. (1981, p.150-1)

“Daí a importância dada, por Proudhon, ao cultural, isto é, à criação de um ensino polivalente, conseqüente com o pluralismo da sociedade. Esse tipo de ensino deve ser considerado como prática da sociedade autogestionária” (1981, p. 150).

A viagem de Fernando pela obra de Proudhon depende de algumas premissas, nem sempre explicitadas, comuns à tradição do pensamento crítico. Estão ambos falando de um ser humano que deseja, pode e deve aprender com seus próprios erros, tornando-se melhor com o passar do tempo. E de uma classe trabalhadora cujos membros são solidários entre si e capazes de engendrar coletivamente formas novas e originais de organizar o trabalho, a sociedade e o Estado. Pode-se perceber, por trás de toda esta reflexão, uma confiança na capacidade inovadora dos trabalhadores que poderia ser classificada, usando o jargão dos seus críticos, como espontaneísta. Ao mesmo tempo, podemos perceber uma grande ausência: um comentário a respeito da maldade e do egoísmo que podem estar presentes na constituição do caráter dos seres humanos. Em resumo, o já citado conjunto de soluções concretas e realistas, baseado no estudo da realidade sócio-econômica, proposto por Proudhon, depende de uma grande dose de esperança, ou até mesmo de um sentimento utópico. O desenvolvimento posterior da obra de Fernando mostra que, muito provavelmente, ele concordaria com esta análise.

HABERMAS: UM REFLEXO DO REFLEXO

Fernando olha para Proudhon e percebe no autor francês princípios e idéias com os quais concorda e que lhe agradam. O Proudhon que Fernando apresenta é, pelo menos em parte, um reflexo do próprio Fernando.

Hoje, em março de 2006, o processo se repete quando eu tento escrever este artigo. Olho para Fernando e Proudhon e enxergo aspectos que confirmam, ou pelo menos referenciam, a forma pela qual eu tenho tentado pensar a autogestão. Estou falando da Teoria da Ação Comunicativa de Habermas e, mais especificamente, da importância da sociabilidade espontânea e da racionalidade recorrente da forma comunicativa de agir, em contraposição à lógica dos sistemas dirigidos pelos meios poder e moeda (GUTIERREZ 1999a, 1999b). Não é o caso de retomar aqui esta discussão, mas é interessante notar que se pode perceber um certo tom habermasiano em várias das observações que Fernando faz de Proudhon, como por exemplo nesta colocação.

Existe uma contradição radical entre o Estado centralizador e a sociedade viva. As características do Estado e as características da sociedade opõem-se. As relações de trocas e as relações mútuas, que surgem espontaneamente, caracterizam a vida social. Estes traços da sociedade implicam na igualdade dos participantes e em contratos sociais, realizados sem repressão, e tornam essas relações

mais fecundas. A sociedade não é impositiva; ao contrário, o Estado o é por natureza. Os relacionamentos vivos de reciprocidade, que caracterizam a sociedade, são substituídos pela autoridade e pela repressão, que estão no centro do Estado (1981, p. 108-9)

A mesma forma de entender as relações sociais pode ser percebida em outros momentos.

Para o anarquismo, o governo não instaura a ordem, mas, ao contrário, através de seus controles opressivos, impõe obstáculos à espontaneidade social, introduzindo a perturbação na atividade social. A ordem social verdadeira só pode ser pensada a partir da atividade livre, que é imanente ao ser coletivo e não pode ser imposta do exterior. Não são assim vícios particulares ou acidentais do Estado que são criticados; a crítica abarca todo o fenômeno da alienação que constitui o Estado, ao qual opõe uma organização social real, uma sociedade econômica baseada na ausência de todo governo. E isto que significa, em Proudhon, a anarquia positiva (1981, p. 112-3)

“Dessa forma a solidariedade não é o resultado artificial de uma força externa, mas advém diretamente da espontaneidade da vida social”. (1981:115) Ou ainda como o próprio Proudhon comenta,

[...] eu distingo, em toda sociedade, duas espécies de constituição: uma que chamo de constituição social e outra que é sua constituição política; a primeira é íntima à humanidade, é liberal e necessária. Seu desenvolvimento consiste sobretudo no enfraquecimento e no descarte paulatino da segunda, que é essencialmente factual, restritiva e transitória (MOTTA, 1981, p.118).

Esta proximidade entre a Teoria da Ação comunicativa e o socialismo libertário é apontada pelo próprio Habermas (1989, p. 14) quando diz, por exemplo,

[...] isso explica a atualidade daquele discurso que remonta ao século XIX, e que o anarquismo propagou no início junto com o socialismo. Nele, as técnicas de auto-organização (tais quais a permanência do conselho, mandato imperativo, rodízio de cargos, entrelaçamento de poderes, etc.) talvez sejam menos importantes que a forma preferida de organização – o tipo de organizações espontâneas. Estas representam um grau mínimo de institucionalização. Os contatos horizontais no plano das interações simples devem adensar-se numa prática intersubjetiva de liberação e execução que seja suficientemente forte para manter todas as instituições no estado fluido de agregado da fase de fundação, preservando-as por assim dizer do coagulamento.

Já que “os anarquistas atribuem a socialização a um impulso diferente do que faz o direito racional moderno, ou seja, não ao interesse na troca útil de bens, mas à disposição para o entendimento em vista da solução de problemas e de coordenação da ação” (HABERMAS, 1989, p.15).

OBSERVAÇÕES FINAIS

Como foi colocado no início, o livro de Fernando apresenta características próprias em termos de arrojo, radicalismo e compromisso com propostas políticas concretas. Explora com enorme talento toda a originalidade das questões desenvolvidas por Proudhon. É um texto difícil sobre um autor difícil, apresentando uma reflexão abrangente e complexa, onde fica demonstrada uma grande disciplina intelectual e capacidade de trabalho. Escreve um texto distante do debate mais comum em sua época e isto tem um preço: a sua pouca reverberação no meio acadêmico, já que não se identifica com os interesses dos principais grupos articulados no cenário intelectual. Em compensação, justamente por ser pouco convencional, resistiu bem às grandes transformações do final do século vinte. Por exemplo, a crítica a governos que não criam a ordem mas apenas opõem obstáculos a sua realização, assim como a referência a políticos que alienam em seu próprio benefício o poder que deveria estar nas mãos das pessoas em geral, parece tristemente atual. Da mesma forma princípios como autonomia, liberdade, descentralização, a valorização do trabalho e da educação continuam na ordem do dia. É preciso, portanto, reconhecer os méritos de um texto escrito há vinte e cinco anos, sobre um autor de meados do século dezenove, cujas conclusões podem ser associadas à obra de um filósofo como Jürgen Habermas e que permite estabelecer conexões com experiências e debates atuais como as ONG's, a economia solidária, a responsabilidade social corporativa, a gestão da qualidade de vida e o terceiro setor.

Mas é preciso também perceber o livro em seu contexto. Não é, como já dizemos, uma obra juvenil, mas também não é uma das mais característica de sua produção intelectual, que faz interface com a psicologia e destaca a cultura organizacional. Neste sentido o texto propõe pensar a sociedade como um lugar de liberdade, onde o trabalho não constitui nem uma violência e nem uma limitação para o trabalhador, ou seja, o trabalho é concebido como um espaço de crescimento intelectual e moral, onde o trabalhador pode desenvolver todas suas potencialidades ao mesmo tempo em que sua ação resulta num produto útil para os membros do corpo social.

Entre, de um lado, o projeto revolucionário de esquerda que desembocou em governos ditatoriais baseados na repressão policial, tortura e perseguição política, e do outro um capitalismo liberal que frente a ameaças, reais ou imaginárias, não hesita muito para abandonar o respeito aos direitos humanos e ao Estado de direito, Fernando apresenta uma defesa intransigente da liberdade e da autonomia das pessoas, não só no campo político, mas também no interior das organizações, estendendo a idéia de cidadania para além da sua concepção mais comum.

GUTIERREZ, L.G. *Proudhon meets Fernando Prestes Motta in the room of the mirrors* Revista *ORG & DEMO* (Marília), v. 9, n.1/2, p. 7-18, jan./dez., 2008.

ABSTRACT: this article presents a reflection in the field of the theory of the Organizations through the analysis of the book of Fernando C. Mota. *Bureaucracy and Self-management: the proposal of Proudhon*. Its illustrate aspects of the work of the French thinker and Fernando as well in function of the form of analysis and the developed exposition and to point out questions as freedom, autonomy and participation. The book presents a very special analysis of Proudhon, since it incorporates a deep knowledge of the organizations, detaching aspects not always presents in the sociological and politics analyses. The central idea of the article is that the exposition of the thought of Proudhon reflects, also, the form of thinking of Fernando and give us an analysis whose contributions remain exactly important after the great transformations that the world got through in the end of the last century.

KEY WORDS: Fernando C. Prestes Motta, Proudhon, self-management, bureaucracy, theory of organizations.

REFERÊNCIAS

ANSART, Pierre. *Sociologie de Proudhon*. Paris: Univ. de France, 1967.

GUTIERREZ, Gustavo Luis. *Gestão comunicativa: maximizando criatividade e racionalidade*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999a.

_____. Autogestão e teoria da ação comunicativa. In: DAL RI, Neusa Maria. *Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte & Ciência, 1999b.

HABERMAS, Jürgen. Soberania popular como processo: um conceito normativo do espaço público. *Conferência proferida no CEBRAP*. São Paulo, 3 nov. 1989 (mimeo).

HAUBTAMANN, Pierre. *Pierre-Joseph Proudhon: sa vie et sa pensée*. Paris: Blanchesne, 1982.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. *Burocracia e autogestão (a proposta de Proudhon)*. São Paulo, Brasiliense, 1981.